Alerta

Lei da Reciprocidade | Aplicação de contramedidas em defesa da competitividade internacional brasileira

Cunhada de Lei da Reciprocidade, a nova norma fortalece a capacidade de resposta do Estado brasileiro diante de barreiras ou exigências externas que afetem setores estratégicos da economia, permitindo reações coordenadas com o setor privado.

15/04/2025

Sancionada na última sexta-feira (11.4) e publicada no Diário Oficial da União nesta segunda-feira (14.4), entra em vigor a nova **Lei nº 15.122/2025**, que estabelece um marco legal para a adoção de **contramedidas pelo Brasil** diante das ações unilaterais de países ou blocos econômicos que afetem negativamente sua competitividade internacional.

Cunhada de **Lei da Reciprocidade**, a nova norma fortalece a capacidade de resposta do Estado brasileiro diante de barreiras ou exigências externas que afetem setores estratégicos da economia, permitindo reações coordenadas com o setor privado.

Entre as contramedidas autorizadas ao Poder Executivo, destaca-se a restrição a importações de bens e serviços ou medidas de suspensão de concessões comerciais, de investimento e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual e medidas de suspensão de outras obrigações previstas em qualquer acordo comercial envolvendo o País.

Contexto da aprovação

Apresentado em abril de 2023 pelo senador Zequinha Marinho (PL/PA), diante da intensificação de práticas protecionistas no cenário global, o Projeto de Lei nº 2088/2023, que originou a nova norma legal, ganhou maior urgência após a imposição de novas tarifas comerciais anunciadas pelos Estados Unidos em 5.4.2025 (para mais informações, acesse o alerta [Tarifas recíprocas aplicadas pelo Governo Trump sobre as importações nos Estados Unidos](#)).

Nesse sentido, o texto foi levado ao Plenário do Senado Federal, tendo sido aprovado em 1º.4.2024 pelo Plenário do Senado Federal e, no dia seguinte, pela Câmara dos Deputados. Em 11.4.2025, o projeto de lei foi sancionado pelo presidente da República e publicado no Diário Oficial da União em 14.4.2025, como Lei nº 15.122/2025.

Implementação e governança

A aplicação das contramedidas previstas na Lei nº 15.122/2025 está sujeita à verificação de atos unilaterais de países ou blocos econômicos que:

- interfiram nas escolhas legítimas e soberanas do Brasil por meio da imposição ou ameaça de medidas comerciais, financeiras ou de investimento;
- violem acordos comerciais internacionais ou anulem, neguem ou prejudiquem benefícios concedidos ao Brasil no âmbito desses acordos; ou
- imponham exigências ambientais mais rígidas do que aquelas previstas na legislação brasileira, resultando em tratamento discriminatório aos produtos ou práticas nacionais.

Embora de vigência imediata, regulamento a ser editado deverá prever diretrizes a serem observadas na implementação das medidas, como, a realização de consultas diplomáticas, a realização de consultas públicas para a manifestação de partes interessadas e a sugestão de contramedidas.

A lei ainda prevê a possibilidade de o Poder Executivo adotar contramedidas provisórias em casos excepcionais. Além disso, deverá ser estabelecido monitoramento contínuo dos efeitos das contramedidas e a possibilidade de sua alteração ou suspensão conforme os resultados observados.

Comentários adicionais

É interessante notar que o tipo de contramedidas ora autorizadas mantém paralelo com a redação prevista no Artigo XXIII do Acordo sobre Tarifas e Comércio (GATT) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Naquele dispositivo, permite-se que um Estado-membro da OMC acione o mecanismo de solução de controvérsias quando outro Estado-membro, por meio de medida governamental, anule (*nullify*) ou prejudique (*impair*), direta ou indiretamente, qualquer benefício derivado dos Acordos da OMC.

Observa-se, também, que as medidas governamentais objeto da lei podem ser ações, políticas ou práticas, de forma que não se limitam a atos normativos, mas englobam ações concretas governamentais que impliquem uma determinada forma de atuação. Essa redação permite uma ampla abrangência do comando normativo previsto na Lei nº 15.122/2025, o que parece ter sentido diante da imprevisibilidade dos atos futuros de outros países ou blocos econômicos.

Também, as hipóteses de aplicação de contramedidas não se limitam a situações envolvendo o comércio internacional (Artigo 2º, inciso II), mas incluem ações, políticas ou práticas, que “interfiram nas escolhas legítimas e soberanas do Brasil” (como, por exemplo, questões relacionadas a direitos fundamentais ou políticas públicas adotadas no País).

É bastante relevante, também, a previsão de aplicação a ações, políticas ou práticas, que impliquem requisitos ambientais mais onerosos do que os parâmetros, as normas e os padrões de proteção adotados pelo Brasil. Esse dispositivo poderá ser, por exemplo, aplicado a regulamentos que estabeleçam restrições a importações derivadas de políticas que visem à proteção ambiental. O exemplo mais evidente seria o regulamento europeu referente ao desmatamento (*European Union Deforestation Regulation* – vide alerta [Conselho Europeu adota legislação de combate ao desmatamento, com impactos aos exportadores brasileiros de commodities](#)) ou mesmo medidas de ajuste de carbono na fronteira.

A Lei nº 15.122/2025 constitui um ferramental inédito e relevante que poderá ser utilizado pelo Poder Executivo (Camex) diante das situações acima descritas. De fato, contramedidas somente eram aplicadas pelo Brasil quando (i) autorizadas pelo Órgão de Soluções de Controvérsias da OMC, após percorrido todo o processamento de contenciosos perante aquela instituição internacional e (ii) o Estado-membro perdedor em uma disputa se recusasse a tornar as medidas governamentais objeto da disputa compatíveis com os Acordos da OMC.

Embora acrescente grau de incerteza adicional ao Comércio Internacional, a sua previsão legal poderá servir de fator dissuasório – especialmente por incluir direitos de propriedade intelectual –, para que o Brasil e o país considerado cheguem a soluções mutuamente satisfatórias acerca do tema de competitividade internacional sob discussão. Caso aplicadas, as contramedidas muito provavelmente afetarão interesses ofensivos e defensivos de empresas com investimentos ou atuantes no comércio internacional com o Brasil, merecendo plena atenção.

Acesse a íntegra da Lei nº 15.122/2025 [aqui](#).